



**CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ**  
ESTADO DE SÃO PAULO

Identificação da Norma

**LEI COMPLEMENTAR Nº 260/1998**

Ementa

**CRIA INCENTIVO FISCAL POR PROMOÇÃO DE PROJETOS ESPORTIVOS.**

Data da Norma

**09/11/1998**

Data de Publicação

**13/11/1998**

Veículo de Publicação

**Imprensa Oficial do Município**

Matéria Legislativa

**[Projeto de Lei Complementar nº 459/1998](#)** - Autoria: José Antônio Kachan

Status de Vigência

**Revogada**

Observações

**Veto Total Rejeitado**

**Autor: JOSÉ ANTÔNIO KACHAN**

Histórico de Alterações

**Data da Norma**

**06/10/2005**

**Norma Relacionada**

**[Lei Complementar nº 429/2005](#)**

**Efeito da Norma Relacionada**

**Revogada por**



(Proc. 25.225)

**LEI COMPLEMENTAR Nº. 260. DE 09 DE NOVEMBRO DE 1998**

Cria incentivo fiscal por promoção de projetos esportivos.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ, Estado de São Paulo, conforme a rejeição de veto total pelo Plenário em 03 de novembro de 1998, promulga a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º. É instituído incentivo fiscal a pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas ou instaladas no Município por promoção de projetos esportivos.

§ 1º. O incentivo far-se-á na forma de emissão de certificado pelo Poder Executivo, correspondente a valor previamente autorizado, em favor do empreendedor de qualquer projeto esportivo, seja através de doação, patrocínio ou investimento.

§ 2º. Para os fins do parágrafo anterior, o valor de face dos certificados corresponderá a 70% (setenta por cento) do valor despendido pelo empreendedor.

§ 3º. O certificado permitirá ao empreendedor o abatimento de até 20 (vinte por cento) do valor do:

- a) Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana-IPTU;
- b) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza-ISS;

Art. 2º. Para os fins desta lei complementar, caracteriza-se como momento da realização da despesa o da efetiva entrega do numerário pelo empreendedor, atestada pelo beneficiário através de declaração apresentada ao Poder Público.

Art. 3º. O valor do incentivo, entre 2% (dois por cento) e 5% (cinco por cento) da previsão orçamentária de receita proveniente do IPTU e do ISS, será fixado por ato da Câmara Municipal, de iniciativa da Comissão de Educação, Cultura, Esportes e Turismo.

Art. 4º. São abrangidos por esta lei complementar os projetos relacionados com as modalidades esportivas olímpicas, paraolímpicas e de prática reconhecida e difundida.

\*



(Lei Complementar nº. 260/98 - fls. 2)

Parágrafo único. Do montante de aplicação, 5% (cinco por cento) serão destinados à manutenção do próprio desportivo municipal onde se realizarão os eventos.

Art. 5º. Comissão de 9 (nove) membros, composta majoritariamente por dirigentes e técnicos desportivos e técnicos da Administração Municipal, em conjunto com a Comissão de Educação, Cultura, Esportes e Turismo da Câmara Municipal, será formada pelo Executivo, tendo por objetivos a análise, a avaliação e a fiscalização da execução dos projetos esportivos apresentados, exclusivamente em seu aspecto orçamentário, vedada manifestação sobre o seu mérito.

§ 1º. O mandato da Comissão será anual, podendo seus membros ser reconduzidos.

§ 2º. Os membros da Comissão serão pessoas de reconhecida idoneidade e notoriedade no meio desportivo.

§ 3º. Aos membros da Comissão é vedada a apresentação de projetos desde o início do mandato até 2 (dois) anos após o seu término.

§ 4º. A avaliação do mérito do projeto apresentado caberá ao agente receptor qualificado pela Coordenadoria Municipal de Esportes e Recreação, por seu Coordenador ou por pessoa por este legalmente indicada.

§ 5º. Terão prioridade os projetos já apresentados na data de início de vigência desta lei complementar e que possam ser caracterizados como de contribuintes empreendedores, desde que assim se manifestem os seus promotores.

Art. 6º. O Executivo fixará:

- I - data e prazo para apresentação dos projetos;
- II - limite máximo de incentivo a ser concedido por projeto, individualmente.

Parágrafo único. Parcela não superior a 10% (dez por cento) dos recursos destinados ao incentivo será utilizada para aquisição de ingressos dos eventos.

Art. 7º. Para obtenção do incentivo objeto desta lei complementar o empreendedor apresentará à Comissão cópia do projeto esportivo, explicitando os

cm

*[Handwritten signatures]*



(Lei Complementar nº. 260/98 - fls. 3)

objetivos e recursos financeiros e humanos envolvidos, para fins de fixação do valor do incentivo e posterior fiscalização.

Art. 8º. Os certificados referidos nesta lei complementar terão prazo de 2 (dois) anos para sua utilização, a contar da data de sua expedição, cujo valor será corrigido mensalmente pelos mesmos índices aplicáveis à correção do IPTU e do ISS, não sendo cumulativos.

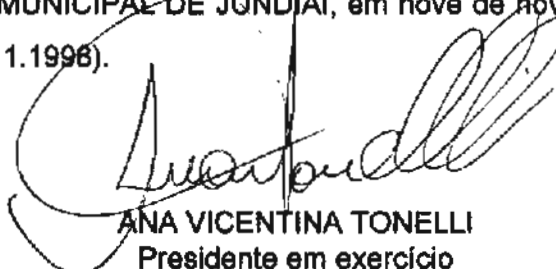
Art. 9º. Além das sanções penais cabíveis, o empreendedor que não comprovar o fiel cumprimento desta lei complementar será passível de multa no valor de 10 (dez) vezes o valor incentivado.

Art. 10. As obras resultantes dos projetos esportivos empreendidos nos termos desta lei complementar serão apresentadas exclusivamente no âmbito territorial do Município de Jundiaí, devendo constar da divulgação o apoio institucional da Prefeitura Municipal.

Art. 11. O Executivo regulamentará a presente lei complementar, ouvido o Conselho Municipal de Esportes.

Art. 12. Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ, em nove de novembro de mil novecentos e noventa e oito (09.11.1998).



ANA VICENTINA TONELLI  
Presidente em exercício

Registrada e publicada na Secretaria da Câmara Municipal de Jundiaí, em nove de novembro de mil novecentos e noventa e oito (09.11.1998).



WILMA CAMILO MANFREDI  
Diretora Legislativa

\*

cm